Criatividade e desenvoltura

As OCE poderão exercer um papel de fundamental importância para o sucesso do Recoop

Geci Pungan

A PARTIR DA IDEALIZAÇÃO do Recoop, quando foi instituído o comitê executivo para examinar os projetos de revitalização das cooperativas de produção agropecuária, assuntos tidos até então como tabus, ou seja, fusões e incorporações e a revisão do foco principal de atividades – agropecuária – passaram a fazer parte das providências indispensáveis à revitalização do sistema.

Seguindo à risca as condições estabelecidas, as OCE usaram de criatividade e desenvoltura para mostrar às suas cooperativas uma nova trajetória. Em busca do consenso, desdobraram-se em atenções, diálogos e negociações para envolver as lideranças.

A primeira etapa está completa. Cooperativas antes concorrentes agora se unem em fusões ou incorporações; áreas não-prioritárias foram redefinidas; investimentos estão devidamente avaliados; projetos estão na fase final, restando apenas o sinal verde do comitê para formalizar sua situação com os agentes financeiros. A partir desse ponto, é possível que esteja começando uma nova era do cooperativismo agropecuário.

Todo o envolvimento exigido das OCE não passa, no entanto, de um aquecimento, como faz um time ao preparar-se para uma disputa, ante a nova realidade que se esboça para depois da contratação do Recoop.

Uma vez concretizado o Recoop, é fundamental e absolutamente imprescindível o monitoramento das cooperativas envolvidas no processo. As não-incluídas serão levadas a se integrar, sob pena de desaparecer ou desfrutar por pouco tempo as limitadas posições que detêm hoje.

A exigência do monitoramento não está ligada à idéia de má administração. Ao contrário: entre as cooperativas habilitadas ao Recoop há histórias de sucesso empresarial e social, que o programa pode estender a um número maior de produtores.

É claro também que nem todas as OCE podem ser consideradas focos de excelência, e isso se explica pelas restrições naturais de algumas regiões, pelo quadro de filiadas, poucos recursos e outras deficiências. Mas são elas que, pela íntima ligação que têm com as cooperativas, conhecem caso a caso os fatores de sucesso como também as causas de fracasso, que por vezes levam produtores ao descrédito e a sociedade a generalizar as imperfeições do sistema cooperativo.

A questão aberta é que hoje as OCE, mesmo tendo conhecimento de decisões ou planejamentos equivocados por parte de dirigentes, têm como único instrumento o diálogo, não raro insuficiente para demover idéias inovadoras ou conflitantes com outras cooperativas da região. A expectativa é, portanto, que se possa efetuar um monitoramento coerente com o sentido da palavra autogestão, tão preconizada pelo sistema.

Em conjunto com centrais e federações de cooperativas, as OCE poderão, se dotadas de instrumentos próprios, exercer um papel de fundamental importância para o sucesso do Recoop. As OCE – ou o conjunto crítico – deverão estar aptas a acompanhar mensalmente o desempenho econômico-financeiro de cada cooperativa, evitar investimentos desnecessários, incentivar as parcerias, fomentar adoção de tecnologias modernas, estimular a diversificação nas propriedades e a especialização em focos bem definidos nas cooperativas, participar na organização do quadro social, além de impor maior rigor à orientação de novas cooperativas visando evitar frustrações futuras.

Um segundo aspecto diz respeito à profissionalização da gestão, ponto fraco em algumas administrações de cooperativas agropecuárias. A condução das áreas econômico-financeira e administrativa exige preparo específico. Os colaboradores devem estar absolutamente preparados para exercer suas funções visando aos objetivos estatutários com o zelo indispensável ao sucesso.

É essencial rever os programas de capacitação e treinamento a cargo das OCE. Um novo e eficiente projeto deve proporcionar aos colaboradores de cooperativas os meios para adquirir ou aperfeiçoar as qualidades imprescindíveis à atuação adequada, que pressupõe entre outras coisas a obtenção de resultados para o quadro social.

O Recoop acertou em cheio ao criar a exigência de projetos complementares ao econômico-financeiro que permitam operacionalizar medidas necessárias. Se não forem criados instrumentos que possibilitem a aplicação prática do papel projetado para as OCE, no entanto, corre-se o risco real de perder boa parte do enorme esforço feito até agora pelo governo, pelas OCE, OCB e cooperativas.

De questionável validade será implementar projetos sujeitos unicamente à anacrônica Lei 5.764/71. Às novas responsabilidades devem corresponder meios legais para que a autogestão do cooperativismo possa ser conduzida com sucesso. As OCE saberão desempenhar seu papel sem ingerência em suas filiadas, mostrando em prazos adequados os resultados que a sociedade e o governo desejam. Àquelas que se revelarem ineficientes restará sujeitar-se às velhas regras e arcar com o tributo que a nova conjuntura na certa irá cobrar.

A despeito das inúmeras penalizações impostas pelos sucessivos planos econômicos, entre as cooperativas habilitadas ao Recoop há histórias de sucesso empresarial e social, que o programa pode estender a um número maior de produtores.

Geci Pungan é diretor superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina